

Educação e Afrodescendência

Ana Luiza Araújo Porto*

Este artigo se propõe a traçar um panorama histórico das conquistas da população afrodescendente no sistema educacional brasileiro. O trabalho parte do século XIX, enquanto momento de constituição do Estado brasileiro, até as perspectivas abertas pelo processo de redemocratização na década de 80 do século XX, que culminam no século XXI com a implementação das políticas de ações afirmativas que podem ser traduzidas em duas medidas emblemáticas: a promulgação da lei nº 10.639 e a reserva de vagas para afrodescendentes no ensino superior público.

Este artigo¹ é resultado da exigência do trabalho final da disciplina Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Brasileira, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, ministrada pelos docentes Dr. Moisés de Melo Santana e Dra. Maria das Graças Medeiros Tavares.

A disciplina teve como principal objetivo situar os aspectos mais gerais da Educação Brasileira na contemporaneidade sem perder de vista a perspectiva histórica.

Apesar deste artigo se situar na reta final estabelecida pela referida disciplina ele não abarcará todos os aspectos abordados por ela em virtude das limitações impostas pela feitura de um artigo, mas privilegiará um dos aspectos mais abordados, qual seja, a relação entre Educação e Afrodescendência.

É a partir do entendimento quanto à centralidade dessa relação para se compreender os impasses pelos quais se defronta a Educação Brasileira nos dias de hoje que tentarei traçar um panorama da situação dos afrodescendentes no sistema educacional brasileiro, nos séculos XIX e XX, e os desafios ainda presentes colocados para o sistema educacional no século XXI.

Começarei estabelecendo quatro marcos temporais que entendo serem fundamentais para situar a relação entre a História Brasileira do século XIX ao século XXI e os afrodescendentes e que serão fundamentais na feitura deste trabalho, quais

sejam: a Independência do Brasil em 1822, um marco político de fundamental importância, porque é neste período que começa a se esboçar a preocupação com a constituição do estado brasileiro, a necessidade de criação de instituições que pensem e legitimem a existência deste estado como as faculdades de Medicina e Direito, os institutos históricos e os museus etnográficos; a Abolição da Escravatura em 1888, que pensa o projeto político do país, redefine a questão do trabalho e direciona os destinos da população negra para um processo de contínua exclusão.

Do ponto de vista do Direito há mudança no regime jurídico que orienta o mundo do trabalho, mas do ponto de vista da conquista de direitos sociais praticamente não há modificação; a Revolução de 1930, que se situa como marco para a constituição da identidade nacional que conhecemos hoje e que se assenta no mito da democracia racial; e por fim, o processo de redemocratização do país pós-64 que culmina na promulgação da Constituição de 1988 que é o ápice dos anseios dos movimentos sociais organizados após a ditadura, movimentos sociais esses que não têm mais como principal característica apenas reivindicações classistas, mas que têm na diversidade da condição humana uma orientação para dirigir os rumos da política brasileira no limiar do século XXI.

O recorte se faz a partir do século XIX, porque é neste século que começa a se esboçar o projeto de sociedade que conhecemos contemporaneamente, é nele que conhecemos muitas das instituições com as quais convivemos ainda hoje.

É no século XIX que começa a tomar forma a necessidade de constituição do estado brasileiro. À medida que o país se torna independente, ele precisa ter uma identidade própria, por isso não foi à toa que no momento de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma das primeiras medidas adotadas pela instituição tenha sido a da abertura de um concurso para escolha da monografia que melhor traduzisse a história do Brasil. Era necessário uma história que desse conta dos feitos dos grandes vultos responsáveis pela constituição do país.

Neste artigo, dentre os vários movimentos sociais que permearam a história brasileira daremos destaque ao movimento negro – entendendo movimento negro como um movimento de luta política por direitos para a população afrodescendente – que começa a se estabelecer no Brasil nos anos 20 do século XX e tem como líderes pessoas ligadas às camadas médias urbanas emergentes das transformações pelas quais passa a sociedade brasileira no processo de urbanização e de industrialização.

Também poderia ser considerado movimento negro as lutas empreendidas pelos afrodescendentes nas comunidades de quilombo existentes durante todo o período escravista, mas o recorte se dará a partir do século XX e das lutas empreendidas no mundo urbano por ser de mais fácil localização de bibliografia acerca do tema abordado e também por melhor iluminar a relação tratada, que é a questão da Educação e dos afrodescendentes.

O Brasil, as teorias raciais do século XIX e a educação

O Brasil assiste a abertura da segunda metade do século XIX com a incumbência de pensar a construção do Estado Brasileiro e a sua viabilidade perante o

resto das nações ocidentais européias. Apresentam-se vários impasses a resolver, entre eles, como pensar a viabilidade de um país que tem a maior parte da população formada por afrodescendentes e indígenas.

Em virtude destes impasses começa a se esboçar um argumento racial que tratará e definirá o conceito de raça a partir dos interesses da elite política e econômica do país. Os ideários cientificistas europeus entraram no Brasil com um propósito bem definido, qual seja, explicar e justificar a desigualdade social e a exclusão.

Segundo Schwarcz (1993), realiza-se um casamento do Darwinismo Social e do Evolucionismo Social, que mesmo sendo teorias incompatíveis entre si, no Brasil elas são ressignificadas de modo que se aproveite de cada uma aquilo que é pertinente ao novo projeto de país que se pretende desenhar. Proclama-se a diferença biológica entre as raças como forma de manter a superioridade da população de origem européia e como saída para a questão da mestiçagem entende-se a evolução como algo fatal para o progresso da humanidade.

Apesar de o processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na 'negritude e na mestiçagem', já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior. (MUNANGA, 2004, p.16)

Faz-se, desta forma, uma opção pela idéia do branqueamento, que acabou se mostrando, do ponto de vista biológico, algo impossível de acontecer, mas do ponto de vista simbólico, um projeto muito bem sucedido até nossos dias, basta nos determos na pesquisa feita por Moura, e citada por Munanga, sobre a diversidade cromática na qual a população brasileira se define por 136 cores diferentes.

O argumento racial é elaborado de forma a escolher, dentre as teorias científicas trabalhadas, as características destas que melhor respondem aos impasses pelos quais se defronta a elite brasileira no momento que tem de pensar a viabilidade da sociedade brasileira.

(...) interessa compreender como o argumento racial foi política e historicamente construído nesse momento, assim como o conceito raça, que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação sobretudo social. O termo raça, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise (SCHWARCZ, 1993, p. 17).

Era preciso elaborar um novo projeto político para o país que se pretendia moderno, industrioso, civilizado e científico e definir critérios rígidos de cidadania. Nestes critérios pode-se pensar a educação como questão central para esse novo projeto político. De fato, a Educação é pensada como fundamental e isto é atestado pela criação de inúmeras escolas primárias e secundárias como também pela criação, no país, das primeiras faculdades.

Estas são criadas não com o intuito apenas de formar quadros para a burocracia estatal nascente a partir da transferência da corte portuguesa e da independência política, mas com o objetivo de pensar a construção de uma identidade nacional homogeneizadora e livre de qualquer contradição ou conflito. A tradução da teoria racial européia para o Brasil não foi obra do acaso, ao contrário, foi feita de forma crítica e seletiva moldando autoritariamente uma identidade nacional e legitimando hierarquias sociais cristalizadas.

Em se tratando da população negra a atenção é desviada no sentido de não percebê-la enquanto sujeito de direitos. Perpassamos quase todo o século XIX tendo a população negra majoritariamente ainda na condição de escravizada. Isso retira da elite dirigente do país a obrigatoriedade de oferecer educação para a população negra.

Temos alguns casos esparsos nas províncias de criação de escolas de primeiras letras financiadas por instituições beneficentes abolicionistas, que tinham como principal objetivo a instrução escolar preparando para o mundo do trabalho e também aliciando os negros para aderirem à causa abolicionista dentro dos moldes propostos pela elite letrada, que via numa abolição pacífica do trabalho escravo a possibilidade de manutenção do *status quo*.

No caso de Alagoas temos a fundação da Escola Central pela Sociedade Libertadora Alagoana e dirigida pelo abolicionista Francisco Domingues da Silva.

Fundada por abolicionistas, a Escola Central representava lugar apropriado para garantir legitimidade na divulgação daqueles ideais em Alagoas. Com tal propósito, a ela estiveram vinculados periódicos locais como o Gutenberg, A Gazeta de Notícias, O Lincoln e A União, jornal fundado em 1887 pelos alunos da instituição. Esses periódicos se encarregavam de dar visibilidade ao ideário abolicionista na província, liderado pela Sociedade Libertadora Alagoana. (SANTOS & MADEIRA, 2006, p. 53)

Tem-se também o início do que viria a ser a Educação de Jovens e Adultos mantida pelo poder estatal, que sabemos atender nos dias atuais predominantemente a afrodescendentes. Esta modalidade de instrução pública noturna tinha como principal objetivo preparar os interessados para as novas modalidades de trabalho.

Em geral, a instrução era associada ao trabalho, e ambos eram descritos como atividades indispensáveis a qualquer povo que pretendesse progredir ou criar uma civilização. Eram os antídotos mais eficazes contra o crime e o vício. Ambos (instrução e trabalho)

estruturavam um tipo de discurso moralista dirigido às classes populares. (GONÇALVES & SILVA, 2000, p.135)

Com a expansão que inegavelmente se tem na oferta escolar no século XIX, pode se perceber que o sistema escolar é constituído de tal maneira que quando muito as classes populares teriam acesso às primeiras letras voltadas para o mundo do trabalho. O ensino superior nasceu restrito à elite dirigente do país que não podia custear os estudos dos filhos na Europa. Temos a fundação do Estado Brasileiro pós-independência forjando a dicotomia educação popular *versus* educação de elite que é a tradução de uma dicotomia mais profunda, que é a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. O mais lamentável é que não conseguimos ainda diminuir o abismo que separa a educação da elite da educação dada ao povo.

A educação dada ao povo ainda tem como característica principal a homogeneização da cultura popular, ainda não foi de fato colocada como possibilidade para a população brasileira uma educação que leve em conta a diversidade cultural do nosso país, uma educação que trate a diferença como um dado histórico, portanto de forma não reducionista e essencializada.

A diversidade tem de ser trabalhada de forma a colocar as questões ligadas à cultura de modo não folclórico, que é o que tem sido feito ao longo da história da cultura brasileira com os elementos afrodescendentes e indígenas.

A elite soube, com muita propriedade, traçar um projeto de nação que ressignificou a herança indígena e africana, como nos exemplifica Ortiz (2005) quando fala sobre o carnaval e o samba. Os elementos dessa herança foram incorporados de forma que a mestiçagem foi proclamada dando invisibilidade a essas heranças, ou quando não tornou invisível não problematizou a questão com a propriedade devida.

Parece paradoxal, mas foi exatamente desta maneira que se resolveu o dilema da mestiçagem no Brasil. Não foi possível negar em absoluto essas heranças, mas a diversidade de culturas que habitam este país dialogaram ao longo da história de forma hierarquizada, foi a cultura ocidental que prevaleceu enquanto modelo a ser seguido. Quando se conseguiu falar dessas heranças foi de uma maneira estática e essencializada, portanto negando a historicidade da cultura. Dessa maneira isso se refletiu nas concepções de educação e de cultura que permearam as políticas de governo.

(...) a concepção de cultura predominante nas propostas de educação multicultural aproxima-se de uma perspectiva estática e essencialista, em que a cultura é vista como um conjunto mais ou menos definido de características estáveis atribuídas a diferentes grupos e às pessoas que se consideram pertencentes a ela. Essa é uma realidade muito presente no imaginário dos educadores e da sociedade em geral, que tendem a classificar as pessoas segundo atributos considerados específicos de determinados grupos sociais. Questionar essa perspectiva é um grande desafio (CANDAU, 2005, p.28)

O século XX e a difícil construção da sociedade democrática

O Brasil adentra o século XX sem alterar os rígidos critérios de cidadania estabelecidos no século XIX. A população negra continua a se relacionar com o sistema educacional de forma excludente e sem nenhum tipo de assistência, seja ela compensatória ou emancipatória.

Começa-se a construir neste período a idéia de que a participação dos negros foi importante na formação da sociedade brasileira, que culmina no mito da democracia racial. Gilberto Freyre é sempre lembrado por elaborar o mito que na verdade já tinha terreno fértil para prosperar e é um dos eixos da política de Getúlio Vargas. “Mas Freyre não considera o contexto histórico das relações assimétricas do poder entre senhores e escravos, contexto do qual surgiram os primeiros mestiços” observa Munanga, 1996:184.

A Era Vargas trabalhou no sentido de criar uma identidade nacional que não mais via as contribuições indígenas e africanas como negativas, mas que tinha na mestiçagem a riqueza do país. O que é preciso salientar, neste caso, é que esta identidade é forjada silenciando as contradições e conflitos que assolavam a sociedade brasileira. Mais uma vez os afrodescendentes não são contemplados pelas políticas públicas de maneira geral, tanto do ponto de vista dos direitos sociais quanto da construção de uma identidade que de fato incluísse a herança africana de forma democrática.

Em face do fato de passarem ao largo das políticas públicas é que as organizações negras do começo do século XX tomam para si a incumbência de educar os afrodescendentes. Estas organizações percebiam a educação caminhando de mãos dadas com a conscientização política. Elas tinham como um dos principais objetivos da militância a luta pela educação, que ora era vista como forma dos negros competirem com os brancos, ora como forma de ascensão social, ora como meio de conscientização política. (cf. GONÇALVES, 2000).

Apesar da importância inquestionável da educação como forma de ascensão social, os negros começaram a perceber que apenas ela não seria suficiente para extinguir o pesado fardo que recaía sobre os afrodescendentes há mais de três séculos.

A valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos negros para ascender de *status*. Houve uma propensão dos negros em valorizar a escola e a aprendizagem escolar como um ‘bem supremo’ e uma espécie de ‘abre-te sésamo’ da sociedade moderna.

Mesmo sendo necessária, a escola ou a educação formal não foi e nem é a panacéia para os negros brasileiros.

Portanto, ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado

Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. (SANTOS, 2005, p.21).

Percebeu-se que não se tratava apenas de preconceito o problema pelo qual passavam os afrodescendentes no país; o que se tinha e se tem é um processo de discriminação racial institucionalizado que atravessa todas as esferas da vida social, ou seja, há um racismo que é difuso e está presente em todas as instituições sociais vigentes.

Em quase todo o século XX as alterações nos arranjos sociais do Brasil terão nuances pouco acentuadas para os afrodescendentes. Do ponto de vista material a desigualdade pouco se altera, do ponto de vista da exclusão haverá um tímido aceno no momento de redemocratização do país.

Dando um salto cronológico, que do ponto de vista histórico é problemático porque irá omitir importantes acontecimentos no decorrer do século XX, trataremos de esboçar um breve retrato das lutas do movimento negro no processo de redemocratização do país.

Conseguiu-se a muito custo ter no texto constitucional promulgado em 1988 o racismo descrito como crime inafiançável, isto foi um ganho na medida que se admitiu publicamente no maior ordenamento jurídico do país a existência de racismo na sociedade brasileira. Garantiu-se também a liberdade de crença e religião, um preceito caro a uma sociedade que jamais admitiu a legitimidade das religiões de matriz africana.

Foi criada neste momento – também através de lei federal – a Fundação Cultural Palmares, entidade criada vinculada ao Ministério da Cultura e que tem como principal objetivo lutar pela preservação dos valores culturais, sociais e econômicos oriundos da influência africana na formação da sociedade brasileira.

Várias são as frentes abertas após a redemocratização do país no sentido de atender demandas históricas da população negra. Frentes estas que vão desde políticas públicas de saúde específicas para as necessidades dos afrodescendentes, políticas culturais que contemplem a valorização do patrimônio de matriz africana, políticas educacionais que afirmem a importância da constituição de uma identidade negra no sistema de ensino até o reconhecimento territorial das comunidades remanescentes de quilombos.

Em se tratando de Educação, mais especificamente, podemos dizer que das lutas para alterar o sistema educacional, a democratização do ensino foi umas das maiores bandeiras deste período. Era preciso, além de lutar pelo combate à discriminação, lutar para que negros e negras estivessem na escola, uma tarefa árdua que só foi de alguma maneira concretizada no final do século XX.

O movimento negro passou, assim, praticamente a década de 80 inteira, envolvido com as questões da democratização do ensino. Podemos dividir a década em duas fases. Na primeira, as

organizações se mobilizaram para denunciar o racismo e a ideologia escolar dominante. Vários foram os alvos de ataque: livro didático, currículo, formação de professores etc. Na segunda fase, as entidades vão substituindo aos poucos a denúncia pela ação concreta. Esta postura adentra a década de 90 (GONÇALVES, 2000, p.155).

A última década do século XX é marcada, no Brasil, pela estabilização econômica ocasionada pelo Plano Real, mas mesmo estando numa fase de estabilidade econômica, os dados dos institutos oficiais de pesquisa continuam a demonstrar o abismo que existe entre a população negra e o restante da população no tocante ao acesso aos direitos sociais mais elementares como educação, saúde, moradia, emprego, entre outros. Embora o governo brasileiro, à época capitaneado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, insistisse em afirmar que não havia desigualdade racial no país, os dados estatísticos demonstravam exatamente o contrário, e dessa maneira o governo brasileiro se viu inúmeras vezes constrangido em fóruns internacionais e sendo obrigado a prestar esclarecimentos a respeito de tais dados.

Pressionado por estes acontecimentos o governo viu-se obrigado a iniciar discussões para a implementação de políticas de ações afirmativas. No tocante à Educação podemos dizer que as iniciativas foram muito tímidas, não alterando a relação dos afrodescendentes com o sistema de ensino superior público, mas na Educação Básica, de certa maneira, a situação havia se alterado do ponto de vista do acesso. Ainda assim, pode-se afirmar positivamente que estava iniciado o debate, o mito da democracia racial começava a ser enterrado e a partir deste momento o Brasil entraria o novo século discutindo as questões étnico-raciais de forma séria e comprometida.

Perspectivas do século XXI

É a partir desta alteração de postura de reivindicação do movimento negro que entramos no século XXI com várias conquistas a vislumbrar na área educacional, entre as quais podemos citar: políticas de ações afirmativas no ensino superior público brasileiro, como meio de democratizar o acesso ao ensino superior e redimensionar a produção de conhecimento e o estabelecimento da lei nº 10.639 como forma de inserir no currículo oficial do sistema de ensino a matriz africana.

Em se tratando de políticas de ações afirmativas direcionadas ao ensino superior temos como luta inicial pela democratização do ensino superior público a criação de cursinhos pré-vestibulares para afrodescendentes que tiveram importância fundamental neste contexto e foram promovidos pelo trabalho conjunto de várias instituições, entre as quais: universidades, organizações não-governamentais, pastorais católicas e agências de fomento internacionais.

Estes cursinhos foram muito importantes, mas percebeu-se que de alguma maneira eles possibilitaram acesso apenas aos cursos de menor concorrência nos vestibulares. Ficando os cursos de maior prestígio dentro das universidades como

Medicina, Direito e Engenharia distante destes estudantes que pretendiam ingressar na universidade através dos cursinhos para afrodescendentes. A partir desta percepção constatou-se que a reserva de vagas seria algo inexorável na democratização do ensino superior público. A reserva de vagas seria a única maneira dos afrodescendentes terem acesso às áreas do saber com mais *status* dentro da universidade.

Partindo desta constatação temos duas experiências pioneiras na reserva de vagas para afrodescendentes que foram o caso da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e o caso da UNB (Universidade de Brasília).

Em se tratando da UERJ, a despeito de haver grupos de pesquisa acerca da temática racial na referida universidade, o que se pode observar é que o processo de implantação passou ao largo das discussões dos grupos e foi uma manobra política de deputados estaduais junto ao governo do estado do Rio de Janeiro. De início, a implantação causou uma enorme confusão, primeiro porque não foi algo que tenha partido da comunidade universitária e depois porque a questão das cotas foi colocada pela imprensa como uma política descabida e sem propósito. Passado o primeiro momento de grande tumulto, a universidade se inteirou do processo e se posicionou de maneira a entender a implantação da reserva de vagas para afrodescendentes como algo de fundamental importância para democratizar o acesso ao ensino superior.

No caso da UNB a implantação da política de vagas se deu de maneira mais democrática e partiu de discussões da comunidade universitária, foi a partir do entendimento de professores universitários de que é candente a implantação de políticas afirmativas que transcorreu todo o processo.

Muitos outros exemplos foram se sucedendo como o caso da UFBA, o caso da UNEB, o caso da UFAL e vários outros.

Muita polêmica tem sido causada pela implantação daquilo que ficou conhecido como “cotas”, por várias razões: a imprensa tem sido implacável no sentido de desqualificar esta luta, e tem representado exemplarmente a classe média no sentido de não permitir que o acesso seja democratizado, ou melhor, que a classe média não perca vagas no processo de acesso à universidade; a universidade tem se mostrado um tanto hermética às discussões, o que tem dificultado o processo, na verdade não se pode falar dessa forma para toda a universidade, setores dela são mais conservadores, outros são mais abertos e têm comparecido aos debates quando da implantação das políticas de ações afirmativas; e por último, a dúvida sobre a real eficácia das cotas como forma de diminuir o abismo entre negros e brancos no Brasil.

Em se tratando da Lei nº 10.639 – sancionada no início de 2003 pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva – podemos afirmar que ela significa um avanço no sentido de reconhecer a urgência da incorporação no currículo oficial do sistema de ensino, o estudo da matriz africana. Mas mesmo sendo um avanço é necessário ter cautela e ficar alerta quanto à implantação de fato e a receptividade da medida nas escolas de ensino fundamental e médio. Santos (2005) nos fala das limitações colocadas quando da promulgação da Lei que podem ser resumidas no fato da lei ser colocada de forma genérica, de não tratar da questão que diz respeito à sua implementação, de não tratar da questão da formação de professores nem, tampouco,

de fazer qualquer referência às universidades, no sentido de alterar a formatação dos cursos de licenciatura.

É por conseqüência da lei que foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O parecer elaborado pela relatora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva tem como objetivo

(...) oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, 2004, p. 02).

É interessante observar que nas diretrizes curriculares fica recomendado não perceber a escola como único lugar responsável pela re-significação da relação entre brancos e negros no Brasil, sendo esta tarefa um dever de toda a sociedade comprometida com a democracia, de se engajar no sentido de promover relações raciais sadias entre as várias etnias e referências culturais que compõem o país. Isto não isenta a escola de ser tida como lugar privilegiado para esta árdua tarefa, mas permite perceber o processo mais global de desigualdade e exclusão a que têm se submetido os afrodescendentes no Brasil.

Conclusão

Concluindo o que acredito ter sido um percurso histórico pelas lutas e conquistas da população negra no sistema educacional brasileiro, penso ser necessário fazer algumas considerações e apontar para o que acredito ser o ponto central para onde convergem os dois pontos tratados no item anterior – as políticas de ações afirmativas no ensino superior e a criação da Lei nº 10.639 – que trata da democratização das relações sociais e raciais na sociedade brasileira.

Os dois pontos convergem, na verdade, para discutir o projeto de sociedade que temos e aquele que de fato queremos. Todos os problemas citados anteriormente se situam dentro do contexto de um país que ainda trabalha para resolver questões elementares como combate à fome, ao analfabetismo, entre vários outros problemas.

Neste sentido penso ser importante destacar o papel, ou melhor, repensar qual o papel que deve exercer a universidade pública brasileira enquanto espaço legítimo de discussão de um projeto para o país.

Muito tem se falado na imprensa sobre o porquê de se continuar gastando milhões no ensino superior público quando a universidade se mostra um lugar ainda bastante elitista. Esses argumentos são bastante questionáveis, mas têm forte ressonância na mídia. Entre as matérias que mais têm causado polêmica na mídia podemos citar a das cotas para afrodescendentes nas universidades públicas.

Não vou fazer considerações em defesa das cotas porque penso que há intelectuais muito mais conceituados do que eu para isso, mas vou dizer apenas que se a universidade continuar se recusando, como tem ocorrido em vários lugares, a pensar nas políticas de ações afirmativas como uma política legítima - que se justifica na História da constituição da sociedade brasileira, e que tem seus limites, é óbvio, mas que pode ser um dos meios a dar novo sentido à existência da universidade pública dentro do contexto perverso do neoliberalismo e da instauração do estado mínimo de direito - ela estará perdendo a possibilidade de provar a imensa maioria da população brasileira a importância e a necessidade de continuar existindo.

É na universidade pública que ainda se faz pesquisa sem total interferência do mercado econômico, é nela que ainda se tem a possibilidade de pensar a construção de um país menos injusto socialmente e mais democrático. Não estou silenciando a importância dos movimentos sociais nas lutas políticas, mas dando apenas destaque a esta instituição que é privilegiada, tanto porque ainda goza de autonomia, quanto porque ainda consegue respirar sem total interferência do mercado econômico.

Quanto à lei nº 10.639, penso que ela pode ser um importante instrumento a questionar a situação em que se encontram os cursos de licenciaturas nos dias de hoje, no que se refere às suas estruturas, aos seus currículos, à formação dos professores que neles atuam, às relações que se estabelecem entre as licenciaturas e os bacharelados, ao conceito de ensino que tem permeado os mesmos e ao perfil dos profissionais que eles têm formado.

Muitas são as questões que precisam ser colocadas, mas a sociedade ainda tem competência e seriedade para resolver tais questões, basta que, para isso, não silencie o racismo e reafirme o compromisso com a Democracia.

NOTAS DE RODAPÉ

* É licenciada em História pela Universidade Federal de Alagoas e mestranda no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Brasileira do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. É bolsista FAPEAL.

¹ Este artigo não teria sido possível sem o diálogo constante com o professor Clébio Correia de Araújo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANDAU, Vera Maria. "Sociedade Multicultural e educação: tensões e desafios" in: CANDAU, Vera Maria (org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CNE/MEC. **DIRETRIZES CURRICULARES ACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA**. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (Relatora). Brasília: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, 2004.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. "Movimento negro e educação" in: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED. Nº15, set-dez, 2000.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. "O acesso de negros às universidades públicas" in: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a econômica**. Brasília: INEP, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MUNANGA, Kabengele. "Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil" in: SCHWARCZ, Lilia Moritz & REIS, Letícia de Souza (org.) **Negras imagens**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5º ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- SANTOS, Mônica Luise & MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. "Escola de negros" in: CAVALCANTI, Bruno César, SUASSUNA, Clara & BARROS, Rachel Rocha de Almeida (orgs.). **Kulé-Kulé: visibilidades negras**. Maceió: EDUFAL, 2006.
- SANTOS, Sales Augusto dos. "A lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro" in: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Coleção Educação para todos. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. "O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro" in: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.) **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003.
- WEDDERBURN, Carlos Moore. "Novas bases para o ensino da história da África no Brasil" in: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Coleção Educação para todos. Brasília: MEC/SECAD, 2005.